



Desafio Social

No Brasil, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2015 aponta uma população em situação de rua de 101.854 habitantes. Na cidade de São Paulo, a mesma Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) contabilizou 15.905 pessoas em situação de rua no ano de 2015. No último censo realizado em 2013, foram registrados 797 moradores em situação de rua na cidade de Santos.

A crise econômica, dependência química, alcoolismo e depressão são responsáveis pelo elevado número de moradores em situação de rua.

Santos, por ser uma cidade limítrofe com a maior cidade do Brasil que é São Paulo, sente sensivelmente o reflexo do aumento substancial da população de rua, e a maioria é proveniente de outras cidades e Estados. Basta transitar pela extensa orla, centro e demais bairros da cidade litorânea para observar o caos social instalado. A cidade de Santos é atrativa, a população é generosa, entidades sem fins lucrativos executam planos paliativos para amenizar a vulnerabilidade social dos moradores de rua.

A discussão do tema envolvendo a sociedade civil, poderes Legislativo e Executivo indubitavelmente corrobora para desenvolver ações sociais eficientes. Com a sanção da Lei Federal



13.840/2019, que autoriza a internação compulsória de dependentes químicos, sem a necessidade de autorização judicial, houve o fortalecimento da ação do agente de saúde e assistente social.

A Prefeitura de Santos, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, disponibiliza o "Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua ou Centro POP". Segundo site da Prefeitura de Santos, o Centro POP oferece o retorno das pessoas ao convívio familiar e comunitário em sua cidade de origem, por meio do recâmbio qualificado. Desde 2017, já foram realizados mais de 1.200 recâmbios para a Capital, alguns municípios do Estado e outras regiões do País, sem mencionar os albergues de

acolhimento disponibilizados.

Recentemente a Prefeitura de Santos implantou o projeto "Novo Olhar", que trabalha com equipe multiprofissional abordando pessoas em estado de delicadeza social instaladas nas ruas para encaminhar aos centros de tratamento. Temos ainda imenso caminho a percorrer para amenizar os números desfavoráveis, mas o importante é que iniciativas em prol de políticas sociais estão surgindo.

Os equipamentos públicos ofertados têm regras internas rígidas que muitos moradores de rua não estão dispostos a seguir. A título de exemplificação: é proibido usar drogas, álcool e há horário para entrada e saída. Infelizmente, a grande massa da população de rua é acometida por algum transtorno químico ou psíquico. Por isso é relevante a ação conjunta das secretarias de saúde, assistência social e segurança.

Por derradeiro, a discussão do tema continua a todo vapor. Já foi realizada Audiência Pública na Câmara Municipal de Santos com a presença de vereadores, sociedade e Secretarias. Sem dúvida é necessário avançar, sendo que a parceria do Município com o Estado e União fomenta o desenvolvimento de projetos sociais para encaminhar os desamparados ao caminho da dignidade.



Santos vai armar a Guarda Municipal neste semestre

Oitenta agentes serão preparados para portar pistolas Taurus, calibre 380

EDUARDO BRANDÃO
DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Santos encaminha hoje à Câmara projeto de lei que autoriza a Guarda Civil Municipal (GCM) a usar arma de fogo. A ideia é que 80 agentes sejam preparados já a partir do segundo semestre. Com isso, um em cada seis guardas da corporação santista terá porte de pistola Taurus, calibre 380 – armamento escolhido pela Administração.

O modelo tem custo médio entre R\$ 7 mil e R\$ 9 mil. A Secretaria Municipal de Segurança (Seseg) afirma ter iniciado o processo de aquisição das armas e munições.

A GCM de Santos será a quinta da região a ter armas de fogo em operação. Desde 2011, a corporação utiliza pistola *taser*, armas de baixa letalidade, que dispara corrente elétrica para imobilizar o agressor. Também utiliza gás de pimenta e bastão tonfa (cacete) para cumprir suas funções.

De acordo com o secretário municipal adjunto de Segurança, Flávio Brito Júnior, 120 agentes da CGM passam atualmente por processo de avaliação psicológica, requisito exigido para o porte de armas. Os aprovados desse grupo serão capacitados em cursos teórico e prático para o manejo do equipamento.

A formação ocorrerá na sede da academia preparatória da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, centro homologado pela Polícia Federal.

Ele explica que os agentes selecionados terão aulas de tiro, orientações técnicas sobre o manuseio de armas e treinamento sobre quais momentos o equipamento poderá ser utilizado. “Após o curso, aqueles que estive-



Desde 2011, a GCM já usa armas de baixa letalidade, que imobilizam o eventual agressor

EM OUTRAS CIDADES

A GCM de Praia Grande foi a pioneira da região a usar arma de fogo, após autorização judicial concedida em 2007. Atualmente, todo o efetivo tem autorização para andar armado. Em São Vicente, 76 dos 162 homens da Guarda utilizam material bélico. Sem informar data, a Prefeitura afirma ter planos

para equipar todo o contingente. Desde março passado, a corporação de Guarujá conta com armas de fogo. Em Bertioga, 85 agentes usam armas de fogo, desde setembro de 2016. Em Itanhaém, 44 dos 64 agentes fazem uso. Peruíbe diz ter interesse em armar sua corporação e que está em fase

de adequação jurídica. A Diretoria de Segurança de Mongaguá diz estudar o uso de arma de fogo pelos agentes da corporação. Cubatão não possui Guarda Civil. A Prefeitura afirma ter projeto finalizado para a criação de uma corporação municipal, já prevendo porte de arma.

ram habilitados, serão contemplados para trabalhar, no segundo semestre, com armamento”, afirma o secretário adjunto.

REVALIDADAÇÃO

Ele argumenta que os critérios são reavaliados anualmente para que o porte seja renovado, conforme lei federal (lei 13.022/2014), que confere poder de polícia aos guardas municipais. “Temos como objetivo principal a prevenção (de crimes). Ocupar mais espaços na Cidade, fazer

um planejamento conjunto de apoio às polícias Militar e Civil, para dar uma maior sensação de segurança à população e estar mais perto para evitar algum tipo de delito”, explica Brito Júnior.

O secretário adjunto diz que a prioridade, no primeiro momento, é armar o efetivo operacional, como a Ronda Ostensiva Municipal (Romu) e equipes que utilizam motocicletas. “São agentes que dão apoio aos demais guardas e participam de forças-ta-

refas com a PM”.

O uso de arma de fogo pelos agentes municipais de Santos é debatido desde outubro de 2015. A Seseg alega que o atraso se justifica nas etapas administrativas previstas na legislação. Isso porque é preciso celebrar um convênio com a Polícia Federal, órgão responsável por fiscalizar o uso, aquisição dos equipamentos e aprovar a empresa dará o curso de capacitação para os guardas municipais selecionados pela corporação.

PALÁCIO DA POLÍCIA. Presidente do Sindicato dos Delegados do Estado, Raquel Kobashi Gallinati visitou o Deinter-6 ontem

Gallinati diz que reforma é 'obrigação'

» Diante da indefinição sobre o futuro do Palácio da Polícia de Santos, que tem projeto básico de reforma pronto, mas inexistente previsão de recursos para execução da obra, a delegada Raquel Kobashi Gallinati, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), afirmou nesta segunda-feira (24) que a obra não é uma "escolha política", mas sim uma "obrigação" do governo João Doria (PSDB).

"Aquele gestor que foi eleito pelo povo deve cumprir com suas obrigações. Existe uma necessidade urgente para que o Palácio da Polícia Civil de Santos tenha a estrutura adequada para continuar mantendo o seu trabalho e as suas funções", declarou Gallinati aos jornalistas, após se reunir com o diretor

Construído na década de 1940, o Palácio da Polícia tem uma série de problemas de infraestrutura e não está adequado às normas de construção civil

regional da Polícia Civil, Manoel Gatto Neto, outros delegados da Baixada e Vale e o deputado Kenny Mendes (Progressistas) na sede do Departamento de Polícia Judiciária do Interior-6 (Deinter-6).

Além da reforma, outros te-

mas foram tratados na reunião, como valorização das carreiras na Polícia Civil e déficit de policiais.

"Reiteraremos os ofícios e as cobranças para que o governo cumpra com as suas obrigações", disse Gallinati.

No último dia 17, em visita a Santos, o secretário de Estado da Segurança Pública, João Camilo Pires de Campos, disse, na Câmara de Vereadores, que será analisado se há necessidade de retificação do projeto básico de reforma do Palácio da Polícia e "torná-lo um pouco mais simples".

Pelo projeto atual, a obra custará ao menos R\$ 28 milhões.

Ao ser questionada na entrevista sobre a possibilidade da reforma ser mais simples,



Raquel Gallinati, o deputado Kenny Mendes (Progressistas), o diretor do Deinter-6, Manoel Gatto Neto, e outros delegados da Baixada Santista e Vale do Ribeira durante a reunião

Gallinati afirmou que a obra tem que ser feita de forma responsável.

"Se essa reforma simples der estrutura e der condições para que a polícia possa trabalhar e a população possa vir até esse prédio, obviamente será muito bem-vinda. O que não queremos mais é que se mascare problemas. Simplesmente pinturas de paredes, pois isso não reforma a estrutura de um prédio. Então não queremos que se mascare o real problema. Queremos realmente que o problema seja encarado de

frente, com seriedade e competência", declarou.

O diretor do Deinter-6 disse aos jornalistas que são várias possibilidades para a reforma. "Nós estamos estudando de diminuir o tamanho da reforma para, talvez, baratear o custo da obra. Discutimos também sair desse prédio e locar um outro imóvel. Mas a locação nunca é um bom negócio para o Estado."

O deputado Kenny Mendes declarou que avalia ser viável a hipótese de uma reforma diferente da que consta no projeto

básico.

"De repente, primeiramente, a parte externa, estrutural, para que não haja risco de desabamento. E, de repente, adequar alguns setores. Não é preciso utilizar esse edifício inteiro", declarou.

Ele também citou a possibilidade de repasse do prédio para a iniciativa privada e novos imóveis para abrigar as estruturas que hoje funcionam no Palácio.

"A decisão está nas mãos do governador", disse o deputado. (Gilmar Alves Jr.)



O projeto básico para a reforma prevê custo de obras de ao menos R\$ 28 milhões; retificação para ficar mais simples é estudada